

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
NOTA À 6ª EDIÇÃO	23
Capítulo I	
DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	25
1. Introdução	25
2. O movimento do constitucionalismo	26
3. Direito Constitucional	27
3.1. Conceito	27
3.2. Objeto	29
3.3. Espécies	29
4. Constituição	29
4.1. Conceito	29
4.2. Concepções sobre a Constituição	30
4.2.1. Sentido sociológico	30
4.2.2. Sentido político	30
4.2.3. Sentido jurídico	31
4.3. Teorias modernas de conceito de Constituição	32
4.3.1. Teoria da força normativa da Constituição (formulada pelo jurista alemão Konrad Hesse)	32
4.3.2. Teoria da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição (formulada pelo jurista alemão Peter Häberle e adotada, no Brasil, por Paulo Bonavides)	33
4.3.3. Teoria da constitucionalização simbólica	33
4.4. Objeto	34
4.5. Elementos	34
4.6. Classificação	35
4.6.1. Quanto ao conteúdo	35
4.6.2. Quanto à forma	36
4.6.3. Quanto à origem	36
4.6.4. Quanto ao modo de elaboração	37
4.6.5. Quanto à estabilidade, alterabilidade ou mutabilidade	37
4.6.6. Quanto à extensão	38
4.6.7. Quanto à finalidade	38
4.6.8. Quanto à ideologia	38
4.6.9. Quanto ao objeto	38
4.6.10. Quanto à concordância entre as normas constitucionais e a realidade política (classificação ontológica)	39
4.6.11. Classificação da Constituição Federal de 1988	39
4.7. Estrutura da Constituição Brasileira de 1988	40
4.7.1. Preâmbulo	40

4.7.2. Parte dogmática	40
4.7.3. Disposições transitórias	40
4.8. Supremacia da Constituição.....	41
4.8.1. Supremacia material e formal.....	41
4.8.2. Supremacia e rigidez constitucionais	41
5. Quadro sinóptico	42
6. Exercícios de fixação.....	44
Capítulo II	
NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	53
1. Classificação.....	54
1.1. Normas constitucionais materiais e formais	54
1.2. Normas-regras e normas-princípios.....	58
1.3. Normas constitucionais mandatórias e diretórias	61
1.4. Normas constitucionais “self-executing” e “non self-executing”	61
1.5. Normas constitucionais quanto a sua eficácia.....	61
2. Eficácia jurídica e eficácia social	65
3. Quadro sinóptico	67
4. Exercícios de fixação.....	69
Capítulo III	
INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	73
1. Introdução	73
2. Princípios de hermenêutica constitucional.....	74
3. Métodos de hermenêutica constitucional	76
4. Interpretação conforme a Constituição	77
5. Quadro sinóptico	78
6. Exercícios de fixação.....	80
Capítulo IV	
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	85
1. Conceito de princípio jurídico.....	85
2. Características dos princípios jurídicos.....	85
3. Princípios constitucionais	87
3.1. Princípios positivados e não-positivados	87
3.2. Princípios político-constitucionais e jurídico-constitucionais	87
4. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	88
4.1. O princípio da dignidade da pessoa humana.....	89
5. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	92
6. Princípios das relações internacionais.....	93
7. O Princípio do Estado Democrático de Direito.....	95
7.1. A lei no Estado Democrático de Direito	97
7.2. A democracia brasileira.....	97
8. Princípio republicano	100

SUMÁRIO

9. Princípio federativo	101
9.1. Características principais do Estado federal	102
9.2. Distinção entre Estado federado e Estado unitário na atualidade	103
9.3. Origens	105
9.4. Federalismo no Brasil	105
10. Princípio da separação dos poderes	106
10.1. Separação não absoluta de poderes	107
10.2. Sistema de freios e contrapesos (<i>checks and balances</i>)	107
11. Sistemas de governo	108
12. Quadro sinóptico	108
13. Exercícios de fixação	110

Capítulo V

PODER CONSTITUINTE	115
1. Conceito	115
2. Origem	115
3. Natureza	116
4. Titularidade	118
5. Exercício	118
6. Veículo	119
7. Classificação	120
7.1. Poder constituinte material e formal	120
7.2. Poder constituinte histórico e revolucionário	121
7.3. Poder constituinte fundacional e pós-fundacional	121
7.4. Poder constituinte originário e derivado	121
8. Poder constituinte originário	121
8.1. Conceito	121
8.2. Características	122
8.3. Formas de expressão	124
9. Poder constituinte derivado	124
9.1. Conceito	124
9.2. Localização	125
9.3. Características	125
9.4. Espécies	126
9.4.1. Poder constituinte derivado reformador	127
9.4.1.1. Emenda constitucional	128
9.4.1.2. Revisão constitucional	129
9.4.1.3. Limites ao poder de reformar a Constituição	130
9.4.2. Poder constituinte derivado decorrente (poder constituinte estadual)	134
9.4.2.1. Espécies	135
9.4.2.2. Titularidade	136
9.4.2.3. Limites ao poder constituinte decorrente	137
9.5. Fenômenos de direito constitucional intertemporal	138

9.5.1. Recepção.....	139
9.5.2. Repristinação	140
9.5.3. Desconstitucionalização	140
10. Quadro sinóptico	140
11. Exercícios de fixação.....	142

Capítulo VI

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	151
1. Introdução	151
2. Fundamentos	151
3. Conceito e finalidade.....	152
4. Parâmetro e objeto do controle	153
5. Sistemas de controle de constitucionalidade.....	154
6. Tipos de controle.....	155
6.1. Quanto ao momento	155
6.2. Quanto aos órgãos competentes.....	155
6.3. Quanto à via utilizada	155
7. Espécies de inconstitucionalidade.....	156
7.1. Inconstitucionalidade material x Inconstitucionalidade formal.....	156
7.2. Inconstitucionalidade por ação x Inconstitucionalidade por omissão.....	156
7.3. Inconstitucionalidade imediata x Inconstitucionalidade mediata	157
7.4. Inconstitucionalidade originária x Inconstitucionalidade superveniente	158
8. Controle de constitucionalidade no Brasil	159
8.1. Histórico.....	159
8.2. Controle Preventivo	161
8.3. Controle repressivo	163
8.3.1. Controle repressivo e político.....	166
8.3.2. Possibilidade de controle repressivo por meio de lei	168
9. Controle jurisdicional difuso ou aberto (e concreto).....	168
9.1. Cláusula de reserva de plenário (regra do <i>full bench</i>).....	169
9.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	172
9.3. Possibilidade de ampliação dos efeitos pelo Senado Federal	172
9.4. Controle difuso e ação civil pública.....	174
10. Controle jurisdicional concentrado e abstrato.....	174
10.1. ADI genérica	175
10.2. ADI interventiva	192
10.3. ADI por omissão	194
10.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade	197
10.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	199
11. Técnicas utilizadas no controle de constitucionalidade	205
12. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados.....	208
12.1. ADI estadual x Recurso Extraordinário ao STF	210
13. Exercícios de fixação.....	212

SUMÁRIO

Capítulo VII	
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	
– A FEDERAÇÃO BRASILEIRA	233
1. Introdução	233
1.1. Características de um estado federativo	234
1.2. Características da Federação brasileira	235
1.3. Vedações constitucionais de natureza federativa	237
2. Formação e organização das entidades federativas	238
2.1. Formação de territórios federais	238
2.2. Formação de novos estados-membros	239
2.3. Formação de novos municípios	241
2.3.1. A problemática em torno do requisito da lei complementar federal	242
2.4. A União Federal	244
2.4.1. Bens da União	245
2.5. Estados-membros	253
2.5.1. Autonomia dos estados-membros	253
2.5.1.1. O poder constituinte estadual	254
2.5.2. Bens dos estados	256
2.5.3. Poderes Legislativo e Executivo estaduais	258
2.6. Municípios	263
2.6.1. Autonomia dos municípios	263
2.6.2. Fiscalização financeiro-orçamentária dos municípios	274
2.7. Distrito Federal	276
2.7.1. Brasília	277
2.7.2. Autonomia do DF	277
2.8. Territórios federais	279
2.8.1. Análise dos dispositivos constitucionais	280
3. Sistema de repartição de competências federativas	282
3.1. Definição de competência exclusiva, privativa, remanescente, residual, concorrente, comum e suplementar (complementar e supletiva)	282
3.2. Repartição vertical e horizontal de competências	283
3.3. Competências legislativas e administrativas	284
3.4. Possibilidade de alteração das competências federativas	286
3.5. Análise dos dispositivos constitucionais	286
4. Da intervenção	312
4.1. Análise dos dispositivos constitucionais	313
5. Exercícios de fixação	325
Capítulo VIII	
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	343
1. Introdução	343
2. Acepção material e formal	343
3. Fundamentalidade material	344

4. Funções (e a teoria dos quatro <i>status</i> de jellinek)	345
5. Origem.....	347
6. Classificação.....	347
7. Natureza jurídica	348
8. Caracteres.....	349
9. Teoria dos “limites dos limites”	350
10. Destinatários.....	351
11. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	353
12. Direitos fundamentais e cláusulas pétreas.....	354
13. Direitos fundamentais e Tratados Internacionais	355
14. Tribunal Penal Internacional	356

Capítulo IX

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.....	357
1. Direito à vida.....	357
1.1. Pena de morte.....	360
1.2. Tortura.....	361
1.3. Eutanásia	363
1.4. Aborto	364
2. Direito à vida privada, intimidade, honra e imagem.....	366
2.1. Inviolabilidade domiciliar	372
2.2. Sigilo das comunicações telefônicas.....	374
3. Direito de igualdade – isonomia	377
3.1. Parâmetros para uma adequada desigualação	378
3.2. Igualdade na lei e igualdade perante a lei	379
3.3. Ações afirmativas.....	379
3.4. Igualdades específicas	380
3.4.1. Princípio da igualdade e concursos públicos.....	381
3.4.2. Direito de igualdade entre homens e mulheres.....	381
3.4.3. Princípio da Igualdade Jurisdicional	382
3.4.4. Princípio da Igualdade perante a Tributação	383
4. Direito de liberdade.....	383
4.1. Liberdade de ação e Princípio da legalidade.....	383
4.2. Liberdade de Locomoção.....	384
4.3. Liberdade de pensamento	384
4.3.1. Vedação do anonimato.....	385
4.4. Liberdade de Consciência e de crença religiosa	386
4.5. Liberdade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política x Escusa de Consciência	386
4.6. Liberdade de Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	387
4.7. Liberdade de informação	387
4.8. Liberdade de Ação Profissional	389
5. Direito de reunião.....	390

SUMÁRIO

6. Direito de associação.....	390
7. Princípio do juiz natural	391
8. Princípio do devido processo legal	396
9. Princípios implícitos da razoabilidade e da proporcionalidade.....	397
10. Ampla defesa e contraditório	398
10.1. Amplitude do contraditório e da ampla defesa	399
10.2. Contraditório e ampla defesa no processo civil e no processo penal.....	401
10.3. Contraditório e a utilização de prova emprestada.....	402
10.4. Anulação de ato administrativo e necessidade de contraditório	403
10.5. Ampla defesa e depósito prévio para recursos judiciais e administrativos	404
11. Inadmissibilidade de provas ilícitas	409
11.1. Provas ilícitas por derivação e teoria dos frutos da árvore envenenada	410
11.2. Provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	411
12. Direito de propriedade.....	415
12.1. Função social da propriedade.....	416
12.2. Desapropriações.....	419
12.3. Requisições administrativas.....	427
12.4. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural.....	428
12.5. Direitos autorais	429
12.6. Propriedade industrial e de marcas	431
12.7. Direito de herança	432
13. Garantias constitucionais	433
13.1. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou do direito de ação ou do livre acesso ao Poder Judiciário	433
13.1.1. Análise do dispositivo constitucional.....	434
13.1.2. Conteúdo do acesso à Justiça	435
13.1.3. Exigência de uma tutela jurisdicional “qualificada”	436
13.1.4. Sistema de jurisdição una e exceção constitucional	437
13.1.5. Diferenças entre direito de ação e direito de petição.....	438
13.1.6. Condições da ação e pressupostos processuais e o direito de ação	440
13.1.7. Compromisso arbitral e direito de ação.....	441
13.2. Princípio da segurança das relações jurídicas.....	443
13.3. Publicidade dos atos processuais	445
13.4. Garantias constitucionais em matéria penal.....	447
13.5. Razoável duração dos processos judiciais e administrativos.....	466
13.6. Remédios Constitucionais.....	466
13.6.1. Direito de petição	467
13.6.2. Direito de certidão	468
13.6.3. Habeas corpus	468
13.6.4. Mandado de Segurança.....	470
13.6.4.1. Direito líquido e certo.....	472

13.6.4.2. Impetrante.....	473
13.6.4.3. Autoridade coatora.....	474
13.6.4.4. Prazo para impetração do MS.....	477
13.6.4.5. Restrições do MS.....	477
13.6.4.6. Mandado de segurança coletivo.....	480
13.6.5. Mandado de injunção.....	483
13.6.6. Habeas Data.....	485
13.6.7. Ação Popular.....	488
14. Quadro sinóptico dos direitos.....	489
15. Quadro sinóptico das garantias.....	491
16. Exercícios de fixação.....	493

Capítulo X

DIREITOS SOCIAIS	513
1. Eficácia dos direitos sociais.....	515
2. Teoria da reserva do financeiramente possível.....	515
3. Classificação dos direitos sociais.....	516
4. Direitos individuais dos trabalhadores.....	517
5. Direitos coletivos dos trabalhadores.....	563
5.1. Liberdade de associação profissional ou sindical.....	563
5.1.1. Liberdade de criação de sindicato e a autonomia sindical (CF, art. 8.º, I).....	565
5.1.2. Direito de defender administrativa ou judicialmente os interesses da categoria (CF, art. 8.º, III).....	568
5.1.3. Possibilidade de cobrar contribuições (CF, art. 8.º, IV).....	569
5.1.4. Participação obrigatória nas negociações coletivas de trabalho (CF, art. 8.º, VI).....	571
5.1.5. Direito de eleger diretores sindicais e representantes da categoria (CF, art. 8.º, VIII).....	572
5.2. Direito de greve.....	574
5.3. Direito de representação.....	577
6. Quadro sinóptico.....	578
7. Exercícios de fixação.....	582

Capítulo XI

DIREITOS DE NACIONALIDADE	589
1. Conceito.....	589
2. Natureza jurídica.....	589
3. Conceitos correlatos.....	590
4. Espécies de nacionalidade.....	591
5. Brasileiros natos – nacionalidade originária.....	593
6. Brasileiros naturalizados – nacionalidade secundária.....	600
7. Português equiparado.....	603
8. Conflito positivo e negativo de nacionalidade.....	604

SUMÁRIO

9. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado.....	605
10. Perda da nacionalidade.....	607
11. Idioma e símbolos nacionais.....	611
12. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.....	611
13. Quadro sinóptico.....	617
14. Exercícios de fixação.....	618
Capítulo XII	
DIREITOS POLÍTICOS.....	623
1. Direitos políticos positivos.....	623
1.1. Capacidade eleitoral ativa.....	625
1.2. Elegibilidade.....	625
2. Direitos políticos negativos.....	626
2.1. Inelegibilidades.....	626
2.2. Privação dos direitos políticos.....	629
3. Partidos Políticos.....	630
4. Quadro sinóptico.....	632
5. Exercícios de fixação.....	633
Capítulo XIII	
PODER LEGISLATIVO.....	641
1. Introdução.....	641
2. Funções típicas e atípicas do Poder Legislativo.....	642
3. Congresso Nacional.....	642
3.1. Das reuniões.....	643
3.2. A Mesa do Congresso Nacional.....	644
3.3. As Comissões.....	644
3.4. Atribuições do Congresso Nacional.....	645
4. Câmara dos Deputados.....	645
4.1. Atribuições da Câmara dos Deputados.....	646
5. Senado Federal.....	647
5.1. Atribuições do Senado Federal.....	647
6. Fiscalização: função típica do legislativo.....	650
6.1. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's).....	650
6.1.1. Limites ao poder investigatório das CPI's.....	652
6.2. Tribunal de Contas.....	655
6.2.1. Atuação dos Tribunais de Contas em face de atos e contratos administrativos.....	658
6.2.2. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	658
6.2.3. Julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo.....	660
7. Imunidades Parlamentares.....	660
7.1. Imunidade Material (“freedom of speech”).....	661
7.1.1. A diferença entre as opiniões, palavras e votos proferidos dentro e fora do recinto parlamentar.....	662

7.2.	Imunidade Formal.....	663
7.2.1.	Imunidade Formal em relação à prisão (“freedom from arrest”) ...	663
7.2.2.	Imunidade Formal em relação ao processo	664
7.2.3.	Prerrogativa de foro em razão da função.....	665
7.2.3.1.	Imunidade parlamentar durante a licença.....	667
7.2.4.	Prerrogativa de foro de Deputados Estaduais e Vereadores	668
7.2.5.	Prerrogativa de foro e concurso de agentes	670
7.3.	Forças Armadas.....	670
7.4.	Obrigação de testemunhar.....	670
7.5.	Estado de defesa e estado de sítio	670
7.6.	Quadro-resumo das prerrogativas de foro e imunidades dos membros do Poder Legislativo.....	671
8.	Incompatibilidades e impedimentos dos Parlamentares	672
9.	Perda do mandato dos Parlamentares.....	673
10.	Quadro sinóptico	675
11.	Exercícios de fixa�o.....	676
Capítulo XIV		
PROCESSO LEGISLATIVO		
1.	Classifica�o.....	685
2.	Processo legislativo ordinário	686
2.1.	Iniciativa	687
2.1.1.	Espécies de iniciativa	687
2.1.2.	Iniciativa privativa do Presidente da República	688
2.1.3.	Iniciativa de lei do Poder Judiciário	690
2.1.4.	Iniciativa de lei do Ministério Público	691
2.1.5.	Iniciativa Popular de lei.....	691
3.	Delibera�o parlamentar (discussão + vota�o).....	691
3.1.	O papel das Comissões	692
3.2.	Emendas parlamentares	692
3.3.	Aprova�o ou Arquivamento do PL.....	693
3.4.	A Casa Revisora	694
3.5.	Prazo para a delibera�o parlamentar: Processo Legislativo Sumário	696
4.	San�o ou veto	696
4.1.	San�o.....	697
4.1.1.	San�o x vício de iniciativa.....	698
4.2.	Veto	698
5.	Promulga�o.....	699
6.	Publica�o	700
7.	Espécies normativas	700
7.1.	Emendas Constitucionais	700
7.2.	Leis Complementares.....	701
7.2.1.	Hierarquia da Lei Complementar	702
7.3.	Leis Ordinárias.....	702

SUMÁRIO

7.4.	Leis Delegadas	703
7.4.1.	Limites materiais às leis delegadas.....	703
7.5.	Decretos Legislativos	704
7.5.1.	Decretos Legislativos e Tratados e Atos Internacionais	705
7.6.	Resoluções	706
7.7.	Medidas Provisórias.....	707
7.7.1.	Processo Legislativo da medida provisória	709
7.7.2.	Trancamento de pauta (regime de urgência)	710
7.7.3.	Conversão em lei (com ou sem alterações) ou rejeição da MP	710
7.7.4.	Perda de eficácia.....	712
7.7.5.	Possibilidade de reedição	712
7.7.6.	Limites Materiais à edição de Medidas Provisórias	713
7.7.7.	Controle dos requisitos de relevância e urgência da MP.....	714
7.7.8.	Medida provisória x legislação anterior	714
7.7.9.	Medidas Provisórias e controle de constitucionalidade.....	715
7.7.10.	Medidas Provisórias nos Estados-membros e Municípios	715
8.	Quadro sinóptico	715
9.	Exercícios de fixação.....	717
Capítulo XV		
PODER EXECUTIVO		
729		
1.	Funções típicas e atípicas.....	729
2.	Sistema presidencialista brasileiro atual	730
2.1.	O vice-presidente	730
3.	Atribuições do Presidente da República	732
3.1.	Atribuições de chefia de Estado	732
3.2.	Atribuições de chefia de Governo	732
3.3.	Atribuições de chefia da Administração	733
3.4.	Possibilidade de delegação	734
4.	Imunidades do Presidente da República	734
5.	Responsabilização do Presidente da República	736
6.	Órgãos auxiliares do Presidente da República	737
6.1.	Ministros de Estado.....	737
6.2.	Conselho da República	738
6.3.	Conselho de defesa nacional.....	738
7.	Quadro-resumo das prerrogativas de foro e imunidades dos Chefes do Poder Executivo	740
8.	Quadro sinóptico	741
9.	Exercícios de fixação.....	741
Capítulo XVI		
PODER JUDICIÁRIO		
749		
1.	Funções típicas e atípicas	749
2.	Garantias do Poder Judiciário	750

2.1.	Garantias institucionais.....	750
2.2.	Garantias aos membros.....	751
2.2.1.	Garantias de liberdade.....	751
2.2.2.	Garantias de imparcialidade.....	752
2.3.	Prerrogativa de foro dos juízes e membros do MP.....	754
2.3.1.	Quadro-resumo.....	755
3.	Organização do Poder Judiciário.....	756
4.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário.....	760
4.1.	STF.....	760
4.2.	STJ.....	760
4.3.	Quadro comparativo das competências do STF e do STJ.....	761
4.3.1.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	767
4.3.1.1.	Interposição simultânea de RE e de REsp.....	769
4.3.1.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	770
4.3.1.3.	Repercussão geral no RE.....	776
4.3.1.3.	Principais aspectos da lei regulamentadora da repercussão geral ..	778
4.3.2.	Súmula vinculante.....	779
4.3.2.1.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	782
4.3.3.	Conselho Nacional de Justiça.....	785
4.3.3.1.	Composição.....	787
4.3.3.2.	Atribuições.....	789
4.3.3.3.	Ministro-corregedor.....	792
4.4.	Justiça Eleitoral.....	793
4.4.1.	TSE.....	793
4.4.2.	TRE's, Juízes e Juntas Eleitorais.....	794
4.5.	Justiça do Trabalho.....	795
4.5.1.	TST.....	795
4.5.2.	TRT's.....	796
4.5.3.	Juízes do Trabalho.....	796
4.5.4.	Competência da Justiça do Trabalho.....	797
4.6.	Justiça Militar.....	801
4.7.	Justiça Estadual e do DF.....	802
4.8.	A regra do “quinto constitucional”.....	804
4.9.	Tribunais Regionais Federais (TRF's).....	805
4.10.	Juízes Federais.....	806
4.11.	Delegação da jurisdição federal ao juiz estadual.....	814
5.	Precatórios.....	816
5.1.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	817
5.1.1.	Ordem dupla de precatórios.....	819
5.1.2.	Possibilidade de sequestro de verbas públicas.....	820
5.1.3.	Obrigações de pequeno valor.....	822
5.1.4.	Principais inovações da EC n.º 62/09.....	824
6.	Quadro sinóptico.....	831
7.	Exercícios de fixação.....	833

SUMÁRIO

Capítulo XVII	
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	851
1. Ministério Público.....	851
1.1. Funções institucionais do MP.....	857
1.2. Conselho Nacional do Ministério Público.....	860
1.2.1. Composição.....	861
1.2.2. Atribuições.....	861
1.2.3. Corregedor Nacional.....	862
2. Advocacia Pública.....	863
3. Advocacia.....	865
4. Defensoria Pública.....	866
5. Quadro sinóptico.....	867
6. Exercícios de fixação.....	868
Capítulo XVIII	
ORDEM ECONÔMICA	875
1. Dos princípios gerais da ordem econômica.....	876
2. Atividade econômica x serviço público.....	877
3. Atuação do Estado no domínio econômico.....	878
4. Empresas Estatais exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público.....	879
5. Da política urbana.....	884
5.1. Desapropriação de imóvel urbano.....	884
5.2. Usucapião constitucional de área urbana.....	885
6. Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.....	886
6.1. Destinação das terras públicas e devolutas.....	887
6.2. Usucapião constitucional de área rural.....	888
7. Do sistema Financeiro Nacional.....	888
8. Quadro sinóptico.....	889
9. Exercícios de fixação.....	890
Capítulo XIX	
ORDEM SOCIAL	895
1. Introdução.....	895
2. Da seguridade social.....	896
2.1. Introdução.....	896
2.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	898
2.3. Da Saúde.....	926
2.3.1. Introdução.....	926
2.3.2. Competência federativa.....	929
2.3.3. Análise dos dispositivos constitucionais.....	930
2.4. Da Previdência Social.....	940
2.4.1. Introdução.....	940
2.4.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	941

2.5.	Da Assistência Social	955
2.5.1.	Introdução	955
2.5.2.	Análise dos dispositivos constitucionais	956
3.	Da educação	959
3.1.	Introdução	959
3.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	960
4.	Da cultura.....	983
4.1.	Introdução	983
4.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	985
5.	Do desporto	989
5.1.	Introdução	989
5.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	990
6.	Da ciência e tecnologia	994
6.1.	Introdução	994
6.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	994
7.	Da comunicação social.....	996
7.1.	Introdução	996
7.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	997
8.	Do meio ambiente	1006
8.1.	Introdução	1006
8.2.	Direito ao meio ambiente	1008
8.3.	Espécies de meio ambiente	1009
8.4.	Competências federativas	1010
8.5.	Princípios em matéria de meio ambiente	1012
8.6.	Análise do art. 225	1015
9.	Da família, da criança, do adolescente e do idoso	1023
9.1.	Introdução	1023
9.2.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	1025
10.	Dos índios.....	1044
10.1.	Introdução	1044
10.2.	Proteção legislativa do índio	1044
10.3.	Capacidade civil e criminal do índio	1046
10.4.	Competência da Justiça Federal.....	1048
10.5.	Análise dos dispositivos constitucionais.....	1049
11.	Quadro sinóptico	1060
12.	Exercícios de fixação	1066
	BIBLIOGRAFIA.....	1077